



O ensino de filosofia e o problema da representação

Por AMÉRICO GRISOTTO

grisotto@uel.br

A título de introdução

Pensar o ensino de filosofia tendo como pano de fundo o problema da representação, ou da imagem dogmática do pensamento, impõem-nos, logo de partida, o enfrentamento de pelo menos três questões: a primeira diz respeito aos objetivos a que está submetida a formação escolar nos dias de hoje, de orientação para o mercado e para o exercício da cidadania, nos moldes do Estado capitalista. A filosofia, tal como um pensamento que se caracteriza por ser intempestivo, terá que reinventar e repensar este molde. Uma segunda questão a ser confrontada consiste no fato da disciplina de filosofia ser vista como tempo e espaço da transmissão de um conteúdo histórico, fazendo com que o pensar filosófico se feche sobre ele mesmo. Por fim, uma terceira questão diz respeito à insuficiência dos conceitos de que nos utilizamos na atualidade para pensar o campo da política, como é caso dos conceitos de democracia representativa, de Estado, dentre outros, que parecem não dar mais conta do que desejamos nesta esfera. Em se tratando do ensino, ou da educação escolar, por exemplo, é costumeira a prática de que se elejam representantes nas salas de aula. Neste ato, tão propalado em nossas práticas de gestão educacional, tem-se início um processo de transferência da dimensão política. E esta se esvai dada a recusa de exercício do pensamento, ou seja, de que, muito provavelmente, não seria a transferência da dimensão política a melhor forma de nos organizarmos neste âmbito, o que resvala na maneira como ensinamos a filosofia, se representativamente ou diretamente. Em que pese a segunda opção, estaria em jogo muito mais a contra efetuação de um projeto próprio do significa pensar do que simplesmente historicizar conteúdos filosóficos através de uma disciplina.

Na tentativa de equacionarmos esta problemática da representação envolvendo o ensino de filosofia, três ponderações são sugeridas a seguir no sentido de que nos tragam elementos suficientes para pensarmos filosoficamente por conta própria ao invés de destinarmos à filosofia e ao seu ensino a justificativa de um pensamento já estabelecido e de referência irrefutável.





Primeira ponderação

O professor Silvio Gallo, numa conferência proferida no Colóquio Internacional de Filosofia da Educação “Filosofar: aprender e ensinar”, realizado na UERJ, Rio de Janeiro, em agosto de 2012, nos brindou com uma fala sobre o “aprender filosofia como exercício de si” que, embora proferida há quase cinco anos, nos parece bastante oportuna haja vista o problema que nos colocamos aqui. Vamos nos ater a duas ideias que desenvolveu nesta conferência como mote para a explanação desta nossa primeira ponderação.

A primeira ideia é a crítica que Sílvio Gallo (2012, 69-72) faz quanto à presença da transmissibilidade no ensino de filosofia, uma vez que o acento da filosofia nas escolas tem sido posto no ensino e não no ato de aprender pelos estudantes. Ou seja, ensinar filosofia consiste em transmitir uma tradição, um conhecimento, ou o que os filósofos escreveram nos seus textos.

Em sua visão, (GALLO, 2012, p. 69-70), esta ideia de transmissão de alguma coisa, enquanto se ensina filosofia, pode sofrer um desvio, pois neste modo de se compreender o ensino, como simples transferência de conteúdos, a filosofia ficaria à mercê do que já foi pensado, em que o aprender não passa de decorrência de uma apreensão. Aliás, a ideia de filosofia que subjaz a esta concepção entende que pensar filosoficamente consiste em acessar um saber, um conhecimento, bem como a produção de uma verdade sobre a realidade.

Como contraponto e fazendo uso de suas costumeiras ferramentas teóricas, (GALLO, 2012, p. 70), irá nos dizer que, para o Deleuze de *Diferença e Repetição*, o pensamento é anterior ao saber. O pensamento é uma experiência, uma experimentação, engendrando o pensar no próprio pensamento. De modo a combater, portanto, o pensamento tomado como representação, Gallo (2012, p. 170) afirma, pautando-se em Deleuze, que é do aprender e não do saber que as condições transcendentais do pensamento devem ser extraídas. A ênfase, portanto, quando se ensina filosofia, deve ser colocada no aprender e não no saber como resultado do pensar.

De forma parecida àquilo que nos oferece Deleuze, (GALLO, 2012, p. 70), argumenta que, para Foucault, existem duas formas principais de conceber a filosofia entendida como relação com a verdade: a primeira delas como espiritualidade, numa espécie de trabalho





consgo mesmo, ou experimentação do pensamento na construção da subjetividade e outra como simples exercício do conhecimento. Então, entre Deleuze e Foucault, o que teríamos - opondo-se a um investimento da filosofia como representação/saber, produto, transmissão - seria a filosofia como experimentação do pensamento, como uma ênfase no aprender, no processo criativo, no exercício do pensar, em que o aprendiz passa pela experiência de sua produção; um exercício espiritual, uma arte do ensaio, um exercício de si sobre si mesmo.

Nesta ótica da filosofia como espiritualidade, (FOUCAULT, 2004, p. 20 apud GALLO, 2012, p. 71), vai elencar três características fundamentais: a primeira consiste em afirmar que o sujeito, por si mesmo, não tem condições de acesso direto à verdade. Seria preciso uma transformação de si para que a verdade fosse acessada. Esta não se encontra dada na representação, no conhecimento, no saber, o que leva à segunda característica, em que, para que haja a verdade, se faz necessária uma transformação do sujeito, uma transformação que Foucault denomina “conversão”. Para que nos seja possível acessar a verdade, seria necessário haver uma conversão *do e no* sujeito. Por fim, que é próprio do exercício espiritual a produção de efeitos sobre aquele que o prática, um efeito de “retorno da verdade” sobre o sujeito. A verdade, portanto, não se encontra já pronta nas representações e em saberes que pairam sobre nossas cabeças e nem se oferece àquele que a acessa enquanto conhecimento, mas ocorre segundo um processo de experimentação daquele a experiência, agindo sobre este alguém, transformando-o.

Tal concepção da filosofia como exercício espiritual não estaria, na visão de Foucault, segundo Gallo (2012, p. 72), em filosofias como as de Aristóteles e nem mesmo no “momento cartesiano” da filosofia e que consistiria na consolidação de um amplo e longo movimento da cultura e do pensamento, que culmina no não exercício de si enquanto atividade espiritual.

E isto tudo, na opinião de Gallo (2012, p. 72), tem a ver diretamente com o ensino de filosofia, pois temos pensado tal ensino como o “momento cartesiano”, como acesso ao saber e ao conhecimento em sua representação, cujo acento tem sido colocado na transmissão do conhecimento e num conjunto de saberes e de verdades e não num trabalho sobre si mesmo. Ou seja, é sobre os efeitos da transmissibilidade que vivemos hoje o ensino de filosofia.





Um segundo ponto que destaco deste texto consiste numa passagem de Foucault (2010, p. 218) citada por Gallo (2012, p. 79), segundo a qual a prática filosófica, da relação do sujeito consigo mesmo, não se faz sem intercessores, e neste caso estamos nos utilizando de uma sugestão cara a Deleuze (1992) na relação com a filosofia, ou seja, a noção de que o caminho a ser percorrido no exercício espiritual de si não pode ser feito sem um guia, sem um mestre. Eis o que nos diz Foucault:

As práticas da filosofia são mostradas como um caminho a percorrer, um caminho que aquele que queremos testar e pôr à prova deve reconhecer de imediato e, assim que lhe é mostrado, deve mostrar o caminho que ele escolheu, o caminho que ele quer percorrer, a cujo fim ele quer chegar, e que de outro modo não pode viver [...] A partir dessa escolha filosófica que é feita, pois bem, o candidato, aquele que é submetido a essa prova, deve se apressar com todas as suas forças, se apressar também sob a direção de um guia que lhe mostre o caminho, que o pegue pela mão e o faça percorrer o caminho [...] E não dever abandonar [...] a direção daquele que conduz, a não ser que tenha ganhado forças o bastante para se conduzir sem seu instrumento, para conduzir a si mesmo (FOUCAULT, 2010, 2018).

Assim, ensinar filosofia não consiste, na visão de Gallo (2012, p. 83) apoiado em Foucault, no ato de se transferir textos, autores, temas de filosofia aos alunos como quem transfere uma propriedade. Não é através de formas transmissíveis que aprendemos filosofia. Aprendemos filosofia não fazendo *como* alguém, mas fazendo *com* alguém. Aprende-se filosofia através de encontros com o pensamento, na versão de Deleuze (2002; 2003). Neste sentido é que podemos afirmar, com Gallo (2012, p. 84), que o aspecto acontecimental e subjetivo da filosofia como exercício de si não se encaixa na filosofia como transmissão do saber, ou como acesso a saberes representáveis. O exercício de si no pensamento introduz em qualquer sistema, seja ele da representação, do saber, ou do conhecimento, algo de incontornável, mas também de incontornável, algo de singular, para além da massificação que se busca na transmissão do mesmo.

Neste sentido, para, mais uma vez, citar Foucault (1984, p. 13) selecionado por Gallo (2012, p. 80):

[...] o que é filosofar hoje em dia – quero dizer, a atividade filosófica – senão o trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento? Se não consistir em tentar saber de que maneira e até onde seria possível pensar diferentemente em vez de legitimar o que já se sabe?

Portanto, a primeira ideia é que a transmissibilidade pura e simples tem muito pouco a ver, na atualidade, com a filosofia e com seu ensino, e seria preciso que, em contraposição, propiciássemos aos alunos as condições da experimentação de um exercício de si no





pensamento, de modo que a filosofia passe pela sua própria produção e a segunda ideia é a de que tal exercício de si no pensamento não se faria a sós, senão numa solidão povoada pelas orientações de um mestre, que oferece o impulso sem jamais ocupar o lugar do pensamento.

Segunda ponderação

Em 19 de julho de 2013, o filósofo e também professor titular de filosofia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Peter Pál Pelbart, escreveu um artigo à Folha de São Paulo intitulado “Anota aí: eu sou ninguém”, cujo mote se deve às manifestações de junho de 2013 protagonizadas pelos brasileiros nas ruas em todo o país. A nosso ver, este artigo trata de pontos interessantes, das quais gostaríamos de destacar pelo menos dois aspectos.

O primeiro deles consiste na dificuldade, posta por Pelbart (2013), de entendermos o que de fato ocorreu nestes dias, quando milhares de brasileiros tomaram as ruas. Aliás, tal dificuldade não acontece apenas conosco. Conforme afirma Pelbart (2013, p. 1), seria mais fácil sabermos o que quer uma mulher, do que entender o Occupy Wall Street e ele diz isto se aproveitando de uma fala do pensador Slavoj Žižek no programa do "Roda Viva" na TV Cultura, quando este graceja com a brincadeira freudiana a respeito da mulher.

Assim, quanto ao episódio das ruas, a nossa dificuldade de entendimento quanto a estes acontecimentos, no nosso ponto de vista, tem a ver com o modo como fomos educados, subjetivados, como nos tornamos o que somos, e não é outro o problema que a filosofia nos coloca desde a sua emergência: o problema da formação, do exercício de si no pensamento. Inclui-se nisto que pensar o ensino de filosofia implica pensarmos, para nos utilizarmos aqui de uma sentença sartriana, justamente aquilo que fizeram de nós.

A propósito, o sujeito que se formou em nós passa pelo entendimento comum e formativo de como nos constituímos na modernidade, e ao nos darmos conta da possibilidade de nos dessubjetivarmos, perdemos as referências na qual nosso pensamento, bem como o nosso entendimento, se viam representados. Neste momento, não pensamos mais sob a égide do pensamento solidamente fundado, só pensamos sentindo, daí a dificuldade de compreensão, de não conseguirmos pensar distantes do que nos foi, desde sempre, posto no nosso pensamento, mas, ao mesmo tempo, estamos diante da novidade, posta por este movimento das ruas, de que pensar passa pelo que sentimos.





Na visão de Pelbart, (2013, p. 1), ao invés de nos indagarmos, o que “eles”, os manifestantes brasileiros, querem, talvez fosse o caso de nos perguntarmos o que a nova cena política pode desencadear, numa nova composição do que não pensávamos, pois não se trata apenas de um deslocamento de palco – do palácio para a rua –, mas de afeto, de um terceiro excluído que pede licença para impor a si mesmo, de contaminação, de potência coletiva. Ou seja, a imaginação política, há muito retesada, se destravou, dessubjetivou-se, e produziu um corte no tempo político inventando uma nova coreografia, recusando os carros de som, os líderes, o já pensado no pensamento, mas ao mesmo tempo acuando o Congresso, colocando de joelhos as prefeituras, embaralhando o roteiro dos partidos e incitando processos inauditos, instituintes, não representativos!

Esta vontade de recusa, ou de dessubjetivação e corte representativo, consiste, a nosso ver, numa positiva política de transvaloração, daquilo em que não mais nos vemos, ou no que não dá mais conta de nos representar, uma vez que recobramos, ou pretendemos recobrar ainda mais no pensamento os nossos sentidos e os nossos desejos. Ainda segundo Pelbart (2013, p. 1) trata-se de um fenômeno de vidência coletiva a partir do qual “enxerga-se o que antes parecia opaco ou impossível”.

Então, para retomarmos a pergunta inicial, o que quer, de fato, a multidão? Mais educação, mais saúde, ou algo ainda mais radical, uma outra maneira de nos constituirmos, um outro modo de pensar a própria relação entre a vontade social e o poder, numa chave da horizontalidade, em consonância com a forma mesma dos protestos? A propósito, um dos militantes, segundo Pelbart (2013, p. 1), expressava-se dizendo “Anota aí: eu sou ninguém”, o que na sua visão não é outra coisa senão a própria malícia de Odisseu, mostrando como certa dessubjetivação é condição para a política hoje. Agamben já o dizia, os poderes não sabem o que fazer com a "singularidade qualquer".

As ruas e as manifestações nos trouxeram, portanto, a evidência de que é preciso, principalmente no nosso caso que trabalhamos com a formação, de um novo processo do pensamento que tem na atualidade o impulso da dessubjetivação. Ou seja, que o nosso desejo não consiste no desejo daqueles que estão à frente das secretarias da educação da Federação, dos Estados, dos Municípios. Que nosso desejo não é propriamente o desejo do Estado, do mercado, das agências de avaliação educacional. De outro modo, nosso desejo existe de fato





para estas instâncias? Nos vemos nelas? Quem somos para elas? Muito provavelmente ninguém, pois nos usam na nossa boa fé para afirmar e legitimar os seus valores. Dessubjetivar-se, e é isto o que nos sugere o clamor das ruas, é a palavra de ordem. E aí fica a questão: temos como contribuir de alguma forma com este processo de dessubjetivação, de desconstrução representativa, servindo da filosofia e do seu ensino? Tal processo nos diz respeito? Talvez possamos nos posicionar. Este é o primeiro ponto.

O segundo ponto, que retiramos deste artigo de Pelbart (2013, p. 2), se traduz na seguinte afirmação “[...] talvez uma outra subjetividade política e coletiva esteja (re)nascendo, tanto aqui, quanto em outros pontos do planeta, para a qual carecemos de categorias”. Sua característica, para Pelbart (2013, p. 2), é mais insurreta, mais de movimento do que de partido, mais de fluxo do que de disciplina, mais de impulso do que de finalidades, e cujo poder de convocação é incomum.

Pela nossa ótica, muito provavelmente a construção deste novo processo de subjetivação consista, igualmente, num novo começo para o pensamento filosófico no sentido de torná-lo mais perspicaz, imprevisível, em que pensar, segundo o que nos orienta Foucault, (2014) não deixe de significar um diagnóstico da atualidade. Mas isto está ainda por se fazer, e a filosofia e o ensino de filosofia podem oferecer as condições, o impulso, senão os novos problemas e os novos conceitos para este tipo de acontecimento.

A este respeito, no final de seu artigo, Pelbart (2013, p. 2) parece nos dar uma dica ao dizer, citando Deleuze, “que falamos sempre do futuro da revolução, mas ignoramos o devir revolucionário das pessoas” e este devir revolucionário significa que pensar tem a ver com resistirmos à forma como fomos formados em nosso processo de subjetivação e que, de alguma forma, este processo terá que sofrer uma revolução, pois parece ser este o clamor das ruas e muito provavelmente aquele do nosso desejo. Com isto fechamos este segundo ponto, nesta nossa apropriação dos escritos de Pelbart (2013). Para finalizar esta primeira ponderação que trazemos para nossas reflexões, concluímos que, entre os dois pontos tanto da dessubjetivação, vinda pela mensagem das ruas, quanto da nova subjetivação a ser inventada, cabe à filosofia e ao seu ensino um convite irrecusável.

Nas palavras de Deleuze (2006, p. 88), em *Diferença e Repetição*, o representante diz: ‘todo mundo reconhece que...’, mas há sempre uma singularidade não representada, que não





reconhece, porque precisamente ela não é todo mundo ou não é o universal. ‘Todo mundo’ reconhece o universal, pois ele próprio é o universal, mas o singular não o reconhece, isto é, a profunda consciência sensível que, no entanto, dever arcar com as consequências. A infelicidade de se falar não está em falar, mas em falar pelos outros ou representar alguma coisa. A consciência sensível (isto é, alguma coisa, a diferença ou ...) não pode mais obstinar-se.

Terceira ponderação

A noção representação, como o pensamento no qual nos vemos, encontra-se em crise e dá sinais da sua inoperância. Se quisermos fazer uso de uma assertiva mais contundente, diríamos que agoniza. Aliás, se a filosofia existe e continua viva entre nós, consiste no movimento do pensamento segundo a qual a desconstrução do que nos representa deveria ser uma realidade entre nós numa espécie de economia a ser partilhada, em que trabalhar filosoficamente o ensino tem a ver com uma espécie de representicídio, o que faz dos conteúdos e das formas filosóficas muito menos as instâncias de um saber verdadeiro, no qual nos vemos representados e muito mais instâncias do pensamento instituinte, ou constituinte, porque atravessadas pelo devir e acontecimento filosóficos.

Como pudemos observar anteriormente, é uma realidade hoje, no ensino de filosofia, a transmissão pura e simples dos conteúdos filosóficos. Sem mais, nos vemos representados por este legado filosófico, enquanto que, nesta tradição, estaria presente muito mais a mola propulsora a nos impulsionar criativamente, de modo que estas referências fossem, de alguma forma, problematizadas e reinventadas no presente, do que tomadas em si mesmas.

Deleuze e Foucault (2000) se colocam a questão de como fazer filosofia depois de Nietzsche.

Figura emblemática do pensamento, este pensador parece não pertencer à filosofia e isto devido ao fato de que:

[...] é o primeiro a conceber um outro tipo de discurso como uma contrafilosofia. Ou seja, um discurso antes de tudo nômade, cujos enunciados não seriam produzidos por uma máquina social administrativa que tem os filósofos como burocratas da razão pura, mas por uma máquina de guerra móvel (DELEUZE, 2006, p. 327).





Tal filosofía passa, a nosso ver, justamente pela crítica da representação, ou do fundamento, do pensar como a busca do princípio primeiro e último da realidade, ou mesmo, se nos ativermos ao caso dos filósofos modernos, do conhecimento como verdade. Exemplos desta iniciativa de prolongamento criativo em torno da filosofia nietzschiana encontram-se estampados em toda produção de Deleuze, particularmente na concepção de filosofia como devir nômade, em obras como *Lógica do Sentido* (2003) e *Diferença e Repetição* (2006), em que, resistindo ao modo representativo de pensar, esta contribuição nos sugere, como contraponto, o modo de pensar do simulacro e do acontecimento, a partir dos quais a filosofia realiza-se enquanto encontro afetivo com os signos. Do lado de Foucault, a crítica da ideia de representação, por via de inspiração nietzschiana, também perpassa toda sua obra ganhando acento no caráter genealógico de suas pesquisas, bem com em textos como é o caso de “Nietzsche, a genealogia e a história”, presente na obra *Microfísica do Poder* (1998), e em obras do calibre de *As Palavras e as Coisas* (1966), em que a representação, livre da relação, pode se dar como pura apresentação.

Basicamente o que temos nestes dois pensadores é a continuidade da filosofia nietzschiana por outros meios, em que, para além da reversão do platonismo, o que se incrementa, de fato, é a sua perversão passando a enxergar a figura do filósofo e sua produção não mais como o que nos representa no pensamento e o que nos ofereceria o caminho a seguir, mas tão somente matéria de envolvimento. Sinais deste viés encontram-se na imagem do filósofo como artista e ser da superfície, em Deleuze (2003), e como intelectual específico, em Foucault (1998), ambas perspectivas cujo filosofar, servindo-se do que a filosofia universal ainda não contemplou, objetiva reavivá-la ferrenhamente, diagnosticando o presente.

Ainda nesta empreitada comum a estes dois pensadores, de perversão do platonismo, o pensamento, ao contrariar o conceito de *mímenis*, pela via ética de uma política e de uma estética da existência, realiza-se pelo movimento do filósofo enquanto retratista que tem em mãos uma verdade de segunda mão, malsã, que inventa inspirado no que o capturou na ideia, mas que jamais a imita, se não imprimindo-lhe a sua versão, os traços da sua pintura pensante, o grau do seu próprio simulacro e assinatura, ou ainda manifestando seu sentimento diante da ideia que enxerga mais como signo, do qual possa gostar, odiar, amar, ao invés realizar-se pela figura do artesão que, capturando a ideia em si mesma, a materializa segundo o grau primeiro da verdade, cuja cópia se faz pela imitação irrepreensível do modelo.





Contrários à representação, que consiste na imitação da ideia pela execução do seu molde, o que temos nestes dois pensadores são verdades menores, de segunda ordem, postas pelo pensador-artista pintor de um simulacro enquanto acontecimento e assinatura próprias.

Assim, se a filosofia platônica e toda filosofia que a acompanha, descortina-se em verdades de primeira ordem, ou no conhecimento e na razão de ser do pensamento, a reversão deste quadro se daria pelo pensamento enquanto apresentação, realizando-se pela via da filosofia como pintura em retrato.

Nesta ótica, pensar já não mais consiste em fotografar a ideia, seguindo o modelo, ou o seu padrão, fazendo o filósofo as vezes do verdadeiro pretendente da ideia (seja ela de justiça, de virtude, ou do bem). Pelo contrário, o que lhe ocorre é o ato mesmo de se reinventar pela via do que lhe ocorre, em que o terceiro excluído do pensamento, o artista e pintor de seu próprio filosofar, não mais se vê no pensamento filosófico que o representa. O que faz é exigir sua condição de ser pensante, não se enxergando mais no projeto da realidade, mas no que suas afecções lhe ditam no processo mesmo de singularizar-se.

Se hoje a transmissibilidade no ensino de filosofia é um marco no modo de fazê-la, no movimento impetrado por estes dois autores, a filosofia é o ato pelo qual conseguimos contraefetuar esta herança do pensamento filosófico, fazendo as vezes do pensamento como apresentação do novo, e não como representação do mesmo.

A realidade filosófica que temos a responsabilidade de administrar - no caráter optativo a ser dado à filosofia nos currículos do Ensino Médio em todo o país - deixando de ser aquela das ideias em si, é bem outra. Vivemos em tempos de agonia, ou crise de uma verdade que, até então, nos era bem vinda e nos satisfazia a todos. No ocidente, talvez não mais nos vejamos na condição de rebanho, ou como aqueles que acreditam na redenção pela via das luzes advindas de outros seres humanos a nos governarem, ou a nos representarem como nossos pensadores, pais, médicos, pastores, padres, professores, políticos, psicólogos, pedagogos etc.. Porém, esta é nossa herança e é a partir dela e do seu esgotamento que somos convidados a repensar problemas e conceitos na prática do ensino de filosofia e mesmo em nossas vidas.





Neste sentido, seria notável que, no ato de ensinar filosofia, conseguíssemos: abordar a filosofia diretamente, seguindo um projeto próprio, ou através de uma escolha, ao invés de simplesmente historicizá-la através de uma disciplina constituída e de estudos sobre autores; colocar em cheque a ideia de existem filósofos mais importantes que outros, pois o que nos ata ao pensamento em filosofia são os problemas e os conceitos e não um suposto cânon, ou a ortodoxia de um saber obrigatório, cuja assimilação funcionará como exigência de admissão a uma palavra autorizada; transformar o estudo da história da filosofia em condições propícias para a criação filosófica e fazer filosofia de outra maneira que não seja apenas aquela posta pelas instituições.

Por estas vias, a contrapelo da representação, muito provavelmente outra realidade possa vir à tona, em que ensinar filosofia como exercício de si no pensamento não consista mais em restituí-la, mas em contra efetuar, no presente, um movimento através do seu pensamento. Ensinar em filosofia, assim, passa por um sentido dinâmico, ou seja, ao invés de se resgatar um conteúdo depositado em cada obra, o que se faz filosoficamente é recriar no presente o ato pelo qual cada obra foi criada. Não se trata, portanto, de tomar o sentido das obras. Trata-se, antes, de uma experimentação a partir delas, pelo viés de uma prática de tornar contemporâneos os seus conceitos e problemas.





Referências

- DELEUZE, G. *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- DELEUZE, Gilles. *Espinosa: filosofia prática*. Trad. de Daniel Lins e Fabien Pascal Lins. São Paulo: Escuta, 2002.
- DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. 4ª ed. Trad. de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*. Tradução de Antonio Piquet e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1966.
- FOUCAULT, Michel. *Filosofia, Diagnóstico do Presente e Verdade*. Ditos e Escritos volume X. Tradução de Tradução Abner Chiqueri. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *Hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II – o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAUT, Michel. Michel Foucault e Gilles Deleuze querem devolver a Nietzsche sua verdadeira cara. In: FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- GALLO, Sílvio. O aprender filosofia como exercício de si. In: XAVIER, Ingrid Müller; Walter Omar. *Filosofar: aprender e ensinar*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- PELBART, Peter Pál. "Anota aí: eu sou ninguém". São Paulo: Folha de São Paulo, 2013. <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/07/1313378-peter-pal-pelbart-anota-ai-eu-sou-ninguem.shtml>. Acessado em 27/03/2017.

